

**INICIAÇÃO
AO
DIREITO DO TRABALHO**

AMAURI MASCARO NASCIMENTO — *Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Sócio fundador do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Acadêmico Titular da Cadeira n. 30 da Academia Paulista de Direito. Do Instituto de Direito Social. Do Instituto de Direito do Trabalho. Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Do Instituto Latino-Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho. Professor Emérito e Aposentado Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-Conselheiro da OAB/SP. Juiz do Trabalho aposentado. Ex-Promotor de Justiça. Membro da Academia Ibero-Americana de Direito do Trabalho e de Segurança Social. Diretor Jurídico do Sindicato das Sociedades de Advogados de São Paulo.*

SÔNIA MASCARO NASCIMENTO — *Mestre e Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Vice-Presidente do Instituto Latino-Americano de Derecho Laboral. Membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho. Advogada e Consultora Trabalhista. Diretora Acadêmica do Núcleo Mascaro — educação em direito. Ex-Conselheira da OAB/SP. Ex-Presidente da Comissão Trabalhista da OAB/SP. Ex-Conselheira da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP. Professora Universitária. Autora de diversos livros e artigos.*

1ª edição — 1973	21ª edição — 1994
2ª edição — 1974	21ª edição — 1995 2ª tiragem
2ª edição — 1975 2ª tiragem	22ª edição — 1996
2ª edição — 1977 3ª tiragem	23ª edição — 1997
4ª edição — 1979	23ª edição — 1997 2ª tiragem
5ª edição — 1980	24ª edição — 1998
6ª edição — 1980	24ª edição — 1998 2ª tiragem
7ª edição — 1981	25ª edição — 1999
8ª edição — 1982	25ª edição — 1999 2ª tiragem
8ª edição — 1982 2ª tiragem	26ª edição — 2000
9ª edição — 1983	26ª edição — 2000 2ª tiragem
10ª edição — 1984	26ª edição — 2000 3ª tiragem
11ª edição — 1985	27ª edição — 2001
12ª edição — 1986	27ª edição — 2001 2ª tiragem
13ª edição — 1987	27ª edição — 2001 3ª tiragem
13ª edição — 1987 2ª tiragem	28ª edição — 2002
13ª edição — 1988 3ª tiragem	29ª edição — 2003
14ª edição — 1989	29ª edição — 2003 2ª tiragem
14ª edição — 1989 2ª tiragem	30ª edição — 2004
14ª edição — 1989 3ª tiragem	31ª edição — 2005
15ª edição — 1990	32ª edição — 2006
15ª edição — 1990 2ª tiragem	33ª edição — 2007
16ª edição — 1991	34ª edição — 2009
17ª edição — 1991	35ª edição — 2009
18ª edição — 1992	35ª edição — 2010
18ª edição — 1992 2ª tiragem	36ª edição — 2011
18ª edição — 1992 3ª tiragem	36ª edição — 2011 2ª tiragem
19ª edição — 1993	37ª edição — 2012
20ª edição — 1993	38ª edição — 2013
	39ª edição — 2014

**AMAURI MASCARO NASCIMENTO
SÔNIA MASCARO NASCIMENTO**

**INICIAÇÃO
AO
DIREITO DO TRABALHO**

39^a edição

LTR[®]



Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br

Janeiro, 2014

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: ORGRAFIC GRÁFICA E EDITORA

Versão impressa - LTr 5021.7 - ISBN 978-85-361-2813-9
Versão digital - LTr 7690.4 - ISBN 978-85-361-2830-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Amauri Mascaro

Iniciação ao direito do trabalho / Amauri Mascaro Nascimento. —
39. ed. — São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho — Brasil I. Título.

13-13455

CDU-34:331

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito do trabalho 34:331

APRESENTAÇÃO

Várias novidades foram incluídas nesta edição. A primeira delas é que o trabalho conjunto passará, doravante, a ser desenvolvido com a professora Sônia Mascaro Nascimento. A segunda é a inclusão de determinados temas como o dano estético; o trabalho doméstico de acordo com a nova legislação; as responsabilidades no acidente de trabalho e na doença ocupacional; a mediação e a arbitragem; as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho; e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

Nesta edição, foram feitas também as principais atualizações e as modificações quanto aos temas das indenizações por danos morais e materiais; direitos de personalidade e dano moral; assédio moral e sexual; trabalhadores excluídos do âmbito da CLT; teletrabalho; empregado em domicílio; igualdade salarial; proteção à maternidade; licença-mãe; efeitos da suspensão e interrupção do contrato; jurisprudência do TST em Jornada de Trabalho; teoria do tempo *in itinere*; sistema de compensação de horas; estabilidade especiais; pessoal na Organização da Justiça do Trabalho; competência em razão da matéria decorrente dos acidentes de trabalho, dentre outras. Também, há a distribuição dos temas em capítulos e itens, de modo a atender, da forma que julgamos a melhor possível, aos seus fins didáticos.

Reiteramos os nossos agradecimentos pela demonstração inequívoca da sua ampla aceitação há tantos anos nos meios universitários, sindicais e empresariais.

Inicialmente, foi concebida como simples manual para alunos de cursos nos quais é ministrada a cadeira de Direito do Trabalho. Com o decorrer do tempo, passou a ser consultada por profissionais especializados, nas empresas, nos sindicatos e não somente por estudantes, o que nos levou a ampliar os temas e a aprofundar as suas explicações, sem perda do sentido principal que nos orienta, ou seja, a análise didática do Direito do Trabalho e a sua sistematização jurídica, segundo uma linha de exposição que tenta acompanhar as transformações pelas quais as relações de trabalho passam no Brasil e no mundo.

As mais recentes mudanças introduzidas no no Direito do do Trabalho foram também explicadas, como o teletrabalho, a Lei Biagi da Itália, o Estatuto do Trabalho Autônomo da Espanha, de 2007, e os conceitos que se afirmam, cada vez mais, em nosso âmbito de conhecimento, e que não podem ser desconhecidos.

Agradecemos as sugestões enviadas à LTr Editora por professores e alunos das Faculdades de Direito, todas com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos textos deste livro. São bem-vindas e ficamos gratos a todos que se ocuparam das mesmas.

Janeiro de 2014

Os Autores

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Primeira Parte SUPPORTES HISTÓRICOS E DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. HISTÓRIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

1. Sociedade pré-industrial	43
A — Escravidão	43
B — Corporações de ofício	43
C — Locação	43
2. Sociedade industrial e trabalho assalariado	44
A — Aspectos econômicos	44
B — Aspectos políticos	44
C — Aspectos jurídicos	44
D — A ideia de justiça social.....	45
3. Primeiras leis trabalhistas	45
A — Forma e fins	45
B — Constitucionalismo social	45
C — Constituição do México (1917)	45
D — Constituição da Alemanha (1919)	45
E — Carta del Lavoro (1927)	46
F — Primeiros destinatários das leis trabalhistas	46
4. História contemporânea	46
5. A sociedade pós-industrial	47
6. O direito do trabalho do século XXI.....	47
7. Temas para pesquisa	49

Capítulo II. HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

1. Fatores influentes	50
A — Influências externas	50
B — Influências internas	50
2. Leis principais	50

A — Constituições brasileiras	50
B — Primeiras leis ordinárias	51
3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	52
A — Características	52
B — Significado	52
4. Leis posteriores	52
5. Constituição de 1988.....	52
A — Assembleia Nacional Constituinte	52
B — Diretrizes	53
C — Regras gerais e específicas	54
D — Regulamentação	55
E — Desenvolvimento do direito coletivo	55
6. Efeitos do desemprego	55
7. Os três grupos de leis.....	57
8. As reformas do Governo Lula	58
9. O período posterior.....	58
10. Temas para pesquisa	59

Capítulo III. DEFINIÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO, DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

1. Definições de direito do trabalho	60
A — Definições subjetivistas	60
B — Definições objetivistas	60
C — Definições mistas	60
D — Nossa definição	60
E — Conceito de direito e de direito do trabalho	61
2. Disciplinas do curso	65
A — Critérios	65
B — Divisão deste curso	65
3. Apreciações gerais	66
A — Introdução ao direito do trabalho	66
B — Direito internacional do trabalho	67
C — Direito individual do trabalho	67
D — Direito sindical ou coletivo	67
E — Direito público do trabalho	67
F — Direito processual do trabalho	67
G — Direito de seguridade social	67

4. Organização do curso	68
5. Temas para pesquisa	69

Capítulo IV. FUNÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

1. O sistema de valores do direito do trabalho	70
A — Função tutelar	70
B — Função conservadora ou opressora do Estado	70
C — Função econômica	71
D — Função social	71
E — Função coordenadora	71
2. Flexibilização do direito do trabalho	71
3. Direito alternativo	73
4. Humanismo do direito do trabalho	73
5. Tendências	74
6. A defesa do emprego	75
7. A crise econômica e os despedimentos	76
8. O direito do trabalho como direito das condições de trabalho	77
9. Temas para pesquisa	81

Capítulo V. NATUREZA DO DIREITO DO TRABALHO

1. Teorias	82
A — Direito público	82
B — Direito privado	82
C — Direito social	83
D — Direito misto	83
E — Direito unitário	83
2. Direito do trabalho como direito privado	84
3. Temas para pesquisa	84

Capítulo VI. ORDENAMENTO JURÍDICO

1. Conceito de ordenamento jurídico	85
2. Sistemas de relações de trabalho	86
A — Classificação	86
B — Concepções político-econômicas	86
C — Concepções jurídicas	86
D — O pluralismo do direito do trabalho	87
3. O Estado e as leis	87
A — Leis constitucionais	87
B — Proteção constitucional do trabalho	88

C — Trabalho como direito e como dever	89
D — Constituição e outras normas	89
E — Natureza normativa dos princípios constitucionais.....	89
F — Aplicação da Constituição.....	89
G — Princípios e normas da Constituição Federal de 1988.....	90
H — Leis ordinárias	91
I — Leis ordinárias comuns e especiais	92
J — Leis ordinárias dispositivas e proibitivas	93
K — Leis ordinárias subsidiárias	93
L — Poder Executivo e regulamentação das leis	93
4. Autonomia coletiva e negociações coletivas	94
A — Autonomia coletiva	94
B — Negociação coletiva	94
C — Contrato coletivo	95
D — Contrato coletivo substitutivo ou cumulativo	95
E — Convenção coletiva	95
F — Natureza normativa da convenção coletiva	96
G — Efeito cumulativo das convenções coletivas	96
H — Efeitos obrigacional e normativo da convenção coletiva	96
I — Acordo coletivo	97
J — Legitimação para acordo coletivo	97
K — Coexistência de acordo e de convenção coletiva	97
L — Pactos sociais	97
M — O poder sindical na formulação de normas trabalhistas	98
5. A empresa e o seu regulamento	100
A — Conceito de regulamento de empresa	100
B — Tipos de regulamentos de empresa	101
C — Características do direito brasileiro	101
6. Composição heterônoma dos conflitos e normas	102
A — Composição dos conflitos	102
B — Justiça do Trabalho	103
C — Jurisprudência	103
D — Poder normativo e sentenças normativas	104
E — Justiça Comum	105
F — Justiça Federal	105
G — Jurisprudência e lei	105
H — Técnicas de uniformização.....	106
I — Arbitragem e laudo arbitral	107

7. Usos e costumes	107
8. Perspectivas	109
9. Temas para pesquisa	110

Capítulo VII. APLICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

1. Complexidade do ordenamento	111
A — Plurinormatividade	111
B — Unidade ou dualidade de ordenamentos	111
C — Coerência do ordenamento	111
2. Hierarquia	111
A — Escalonamento das normas	111
B — Princípio da norma favorável ao trabalhador	112
C — Derrogações ao princípio	113
3. Interpretação	113
A — O ato interpretativo	113
B — Teorias e técnicas do direito comum	114
C — Interpretação do direito do trabalho	114
D — Interpretação casuística.....	115
4. Integração das lacunas	115
A — Conceito	115
B — Analogia	115
C — Equidade	116
5. Eficácia da lei trabalhista	116
A — Aspectos	116
B — Eficácia no tempo	116
C — Irretroatividade	117
D — Efeito imediato	117
E — Eficácia no espaço	117
F — Princípio da territorialidade	117
G — Algumas leis	117
6. Temas para pesquisa	118

Capítulo VIII. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

1. Noção de princípios jurídicos	119
A — Princípios como valores fundantes da ordem jurídica	119
B — Jusnaturalismo.....	119
C — Positivismo.....	120
D — Natureza jurídica dos princípios	120

E — A pessoa do trabalhador	120
F — Direitos de personalidade	121
G — Proibição de discriminação.....	122
H — Igualdade	123
I — Dignidade	124
J — Dano moral.....	125
K — Assédio moral	125
L — Assédio sexual	126
M — Meio ambiente do trabalho e a defesa da vida, saúde e integridade física do trabalhador	128
N — Proteção às pessoas com necessidades especiais	131
O — Proteção ao emprego.....	131
P — Proteção à remuneração	131
Q — Proteção ao descanso.....	131
R — Garantias coletivas	132
2. A lei trabalhista e a função dos princípios	132
A — A função integrativa dos princípios segundo a CLT	132
B — A função diretiva dos princípios	132
3. Princípios constitucionais do direito do trabalho	132
A — Princípios gerais do direito aplicáveis no direito do trabalho	132
B — Princípios específicos do direito do trabalho	134
4. A construção doutrinária.....	135
5. Temas para pesquisa	137

Capítulo IX. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. Âmbito pessoal	138
A — Empregados	139
B — Domésticos	139
C — Aprendizizes	139
D — Trabalhadores em domicílio	139
E — Avulsos	139
F — Temporários	140
2. Trabalhadores excluídos	140
3. Teletrabalho	141
4. Âmbito material	142
5. O enquadramento do microempreendedor individual	143
6. Tendências	143
7. Temas para pesquisa	144

SEGUNDA PARTE
INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. ORGANIZAÇÕES, NORMAS E DIREITO PRIVADO

1. Organização Internacional do Trabalho — OIT	147
2. Tratados e convenções internacionais	147
A — Tratado	147
B — Convenção	148
C — Ratificação	148
D — Obrigatoriedade	148
3. Comunidades internacionais	148
A — União Europeia	148
B — Mercosul	150
4. Declarações internacionais	151
5. Direito internacional privado	152
6. Transformações	152
7. Temas para pesquisa	153

Terceira Parte
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO. CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I. CONTRATOS DE TRABALHO E RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Conceito	157
2. Natureza jurídica	159
A — Teorias	159
B — Contratualismo	159
C — Anticontratualismo	159
D — Lei brasileira	160
E — Teoria da situação jurídica	160
F — Vínculo pessoal-obrigacional	161
3. Classificação	162
A — Forma	163
B — Prazo	163
C — Outros tipos	165
4. Diferença de outras figuras	165
A — Contratos de direito civil	165
B — Sociedade	165
C — Empreitada	166

D — Mandato	167
E — Prestação de serviços.....	167
F — Contrato de transporte	168
G — Contrato de agência ou distribuição.....	168
H — Representação comercial	168
I — Corretagem	169
J — Contrato de fornecimento	169
K — Administração	169
L — Cooperados	170
M — Arrendamento e parceria rural	172
5. Tendências	172
6. Temas para pesquisa	172

Capítulo II. CONCEITO DE EMPREGADO

1. Requisitos legais da definição de empregado	174
A — A lei	174
B — Pessoa física	174
C — Continuidade	174
D — Subordinação	174
E — Conceito de subordinação	175
F — Salário	176
G — Pessoalidade	176
H — Nossa definição	177
2. Diferença entre empregado e trabalhador autônomo	178
A — Importância da diferença	178
B — Elementos de diferenciação	178
3. Diferença entre empregado e trabalhador eventual	179
A — Teorias	179
B — Teoria do evento	179
C — Teoria dos fins	179
D — Teoria da descontinuidade	179
E — Teoria da fixação	179
4. Diferença entre empregado e trabalhador avulso	180
A — Conceito de avulso	180
B — Direitos	181
C — Trabalho portuário	181
5. Diferença entre empregado e trabalhador temporário	182
A — Definição de temporário	182

B — Trabalho temporário e por prazo determinado.....	183
C — Temporário e eventual	183
D — Agências de colocação	183
E — Locação permanente	183
6. Diferença entre empregado e estagiário	184
7. Trabalho voluntário	185
8. Transformações	186
9. Temas para pesquisa	186

Capítulo III. TIPOS ESPECIAIS DE EMPREGADO

1. Empregado doméstico	187
2. Empregado rural	190
3. Empregado em domicílio e teletrabalho	191
A — Conceito de empregado em domicílio.....	191
B — Conceito de teletrabalho	192
C — Elementos do teletrabalho	192
D — Natureza do teletrabalho.....	192
4. Empregado aprendiz	192
5. O problema do diretor de sociedade	193
6. Empregado acionista	197
7. Empregado exercente de cargo de confiança	197
8. Mãe social	198
9. Novas figuras	199
10. A proteção do idoso	199
11. Temas para pesquisa.....	199

Capítulo IV. TRABALHO DA MULHER

1. Fundamentos da proteção especial	201
2. Capacidade para contratar trabalho	202
3. Igualdade salarial	202
4. Eliminação de proibições	202
5. Proteção à maternidade	203
6. Licença à mãe	204
7. Temas para pesquisa	205

Capítulo V. TRABALHO DO MENOR

1. Fundamentos da proteção especial	206
2. A proteção legal ao menor no Brasil	207

3. Menor empregado	208
4. Menor aprendiz	208
5. Menor assistido	209
6. Primeiro emprego.....	209
7. Tendências	210
8. Temas para pesquisa	211

Capítulo VI. PROFISSÕES COM NORMAS ESPECIAIS

1. Enumeração	212
2. Órgãos profissionais de fiscalização	215
3. Apreciações gerais	217
4. Temas para pesquisa	217

Capítulo VII. TRABALHO RURAL

1. Natureza interdisciplinar do tema	218
2. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	218
3. Política legislativa trabalhista	219
A — Sistemas jurídicos	219
B — Política legislativa no Brasil	219
C — Fontes formais	219
4. Conceito de trabalho rural, trabalhador e empregador rural	219
A — Trabalho rural	219
B — Trabalhador rural	220
C — Empregador rural	220
5. Direitos individuais do trabalhador rural	220
A — Direitos comuns aos do trabalhador urbano	220
B — Direitos específicos do trabalhador rural	222
6. Organização sindical rural	223
7. Principais questões jurídicas	223
A — Âmbito pessoal de aplicação da lei	223
B — Falsos contratos de direito civil	224
C — Prescrição	224
D — Contrato de safra	224
E — Mecanização da lavoura e desemprego	224
F — Tempo <i>in itinere</i>	224
G — Categorias diferenciadas	224
H — Chefe de família, mulher e filhos	225
I — Intermediação de mão de obra	225

J — Salário-utilidade	225
K — Cooperativa rural	225
L — Condomínio rural	225
M — Consórcio rural	226
8. Temas para pesquisa	226

Capítulo VIII. CONCEITO DE EMPREGADOR

1. Definição da CLT	227
A — Empresa	227
B — Equiparações	228
2. Tipos de empregador	228
3. Responsabilidade do sócio e do administrador	229
4. Terceirização das atividades da empresa	230
5. Modificações	232
6. Temas para pesquisas	233

Capítulo IX. GRUPO DE EMPRESAS

1. Conceito	234
2. Responsabilidade solidária	237
3. O problema do grupo de empresas como empregador único	237
A — Teorias da solidariedade ativa e passiva	237
B — Lei brasileira	237
4. Temas para pesquisa	238

Capítulo X. PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR

1. Fundamentos e natureza	239
A — Fundamentos	239
B — Natureza	239
2. Poder de organização	240
A — Dimensões	240
B — Limitações	241
3. Poder de controle	241
4. Poder disciplinar	242
A — Teorias	242
B — Direito brasileiro	242
5. Temas para pesquisa	243

Capítulo XI. SUCESSÃO DE EMPRESAS

1. Conceito	244
2. Fundamentos	244
3. Efeitos	245

4. Reformas	246
5. Temas para pesquisa	246
<i>Capítulo XII. ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA</i>	
1. Conceito	247
2. Efeitos	247
3. Temas para pesquisa	248

Quarta Parte
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO

Capítulo I. ADMISSÃO DE EMPREGADO

1. Natureza e forma	251
A — Teoria subjetivista	251
B — Teoria objetivista	251
C — Ato-condição	251
D — Natureza contratual	252
E — Forma	252
F — Leis estrangeiras	252
2. Duração do contrato	253
3. Cabimento do contrato a prazo	254
A — Transitoriedade	254
B — Serviço transitório	254
C — Atividade empresarial transitória	254
D — Contrato de pessoal acima do número fixo	255
4. Contrato de experiência	256
A — Conceito	256
B — Natureza	256
5. Carteira de Trabalho e Previdência Social	257
A — Natureza	257
B — Obrigatoriedade	257
6. Registro	258
7. Problemas pré-contratuais	258
8. Capacidade do empregado e nulidade do contrato	259
A — Capacidade	259
B — Efeitos da incapacidade	260
9. Temas para pesquisa	261

Capítulo II. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Conceito e tipos	262
---------------------------	-----

2. Princípio legal da imodificabilidade	264
3. Princípio doutrinário do <i>jus variandi</i>	265
4. Temas para pesquisa	266

Capítulo III. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO

1. Conceito	267
A — Diferença entre as duas figuras	267
B — Desnecessidade da dupla denominação	267
2. Efeitos	268
A — Dificuldade de enquadramento	268
B — Enumeração de casos	268
3. Contratos a prazo	269
4. Dispensa do empregado	270
5. Hipóteses não previstas	270
6. Faltas ao serviço	270
7. Temas para pesquisa	272

Capítulo IV. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO

1. Conceito legal de transferência	273
2. Transferências lícitas	274
A — Regras gerais	274
B — Empregados intransferíveis	274
C — Sustação de transferência	274
D — Transferência para outro país	274
3. Efeitos econômicos da transferência	275
4. Temas para pesquisa	276

Quinta Parte **JORNADA, REPOUSO E FÉRIAS**

Capítulo I. JORNADA DE TRABALHO, DENOMINAÇÃO DO TEMA. FONTES FORMAIS

1. Denominação do tema	279
2. Fontes constitucionais	280
3. CLT e legislação esparsa	280
A — Consolidação das Leis do Trabalho (1943).....	280
B — Legislação esparsa	280
4. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	281
5. Papel das convenções coletivas	282

6. Temas para pesquisa	283
------------------------------	-----

Capítulo II. ORIGENS DA REGULAMENTAÇÃO LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO

1. As primeiras leis sobre limitação da jornada no direito estrangeiro	284
2. A conquista da jornada de 8 horas	284
A — <i>Rerum Novarum</i>	284
B — Tratado de Versalhes	285
3. A evolução das leis no Brasil	285
4. Normas internacionais sobre jornada de trabalho e horas extras	286
5. Fatores que influíram nas transformações da política de jornada de trabalho	287
6. Temas para pesquisa	292

Capítulo III. CONCEITO DE JORNADA DE TRABALHO

1. Teoria do tempo efetivamente trabalhado	293
2. Teoria do tempo à disposição do empregador	293
3. Teoria do tempo <i>in itinere</i>	293
4. Posição do direito brasileiro	294
5. Crítica das teorias	294
6. Natureza das normas sobre jornada de trabalho	295
A — Natureza publicística	295
B — Natureza privatística	295
C — Natureza protecionista	295
D — Normas complexas	296
7. O problema da renúncia	296
8. Ônus da prova	296
9. Comissionista	296
10. Temas para pesquisa	297

Capítulo IV. CLASSIFICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

1. Quanto à duração	298
2. Quanto ao período	298
3. Quanto à condição pessoal do trabalhador	298
4. Quanto à profissão	299
5. Quanto à remuneração	299
6. Quanto à rigidez do horário	299
7. Sobreaviso e prontidão	299
8. Revezamento	300

9. Tempo parcial	301
10. Temas para pesquisa	302

Capítulo V. HORAS EXTRAORDINÁRIAS: FUNDAMENTOS DA LIMITAÇÃO DA JORNADA, CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

1. Fundamentos da limitação da jornada	303
2. Conceito de horas extraordinárias	303
3. Classificação das horas extraordinárias	304
4. Temas para pesquisa	304

Capítulo VI. ACORDO DE PRORROGAÇÃO DE HORAS

1. Conceito	305
2. Forma	305
3. Cabimento	305
4. Duração	306
5. Distrato	306
6. Efeitos	307
7. Denúncia	309
8. Casos especiais	309
9. Recusa do cumprimento do acordo pelo empregado	310
10. Temas para pesquisa	311

Capítulo VII. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

1. Conceito	312
2. Natureza das horas compensadas	314
3. Forma	314
4. Outros aspectos	315
5. Temas para pesquisa	316

Capítulo VIII. HORAS EXTRAS NOS CASOS DE FORÇA MAIOR

1. Conceito de força maior	317
2. Disciplina legal	317
3. Temas para pesquisa	317

Capítulo IX. HORAS EXTRAS PARA CONCLUSÃO DE SERVIÇOS INADIÁVEIS

1. Conceito de serviços inadiáveis	318
2. Disciplina legal	318
3. Temas para pesquisa	319

Capítulo X. HORAS EXTRAS PARA REPOSIÇÃO DE PARALISAÇÕES

1. Fundamento legal	320
2. Disciplina jurídica	320
3. Temas para pesquisa	321

Capítulo XI. EMPREGADOS EXCLUÍDOS DA PROTEÇÃO LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO

1. Fundamento da exclusão e apreciação dos casos	322
2. Temas para pesquisa	323

Capítulo XII. HORAS EXTRAS ILÍCITAS. NATUREZA DO ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. ADICIONAIS LEGAIS MÍNIMOS. REDUÇÃO DA JORNADA COM DIMINUIÇÃO DO SALÁRIO. INTERVALOS

1. Horas extras ilícitas	324
2. Natureza do adicional de horas extras	325
A — Adicional salarial	325
B — Adicional e gratificação	325
C — Adicional e prêmio	325
3. Adicionais legais mínimos	325
4. Redução da jornada com diminuição do salário	326
5. Intervalos	326
6. Registro de horários	327
7. Temas para pesquisa	328

Capítulo XIII. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

1. Origens na história	329
2. Principais problemas jurídicos	331
3. Temas para pesquisa	332

Capítulo XIV. FÉRIAS

1. Origens na história	333
2. Princípios	333
3. Aquisição do direito	334
A — Período aquisitivo	334
B — Perda do direito	334
4. Duração	335
5. Concessão	335
A — Período concessivo	335
B — Fracionamento	335

C — Direito de coincidência	335
D — Designação	335
E — Comunicação	335
6. Remuneração	336
7. Abono de férias	336
8. Efeitos da extinção do contrato	336
A — Hipóteses	336
B — Férias vencidas	337
C — Férias proporcionais	337
9. Prescrição	338
10. Férias coletivas	339
A — Requisitos	339
B — Empregados com menos de 12 meses	339
11. Convenção n. 132 da OIT	339
12. Temas para pesquisa	342

Sexta Parte

SALÁRIO

Capítulo I. CONCEITO DE SALÁRIO

1. A linguagem da lei	347
2. Posição da CLT	347
A — Indicação de componentes	347
B — Definição no direito estrangeiro	347
C — Contraprestatividade e disponibilidade	348
D — Nossa definição	348
3. Diferença entre salário e outras figuras	349
A — Figuras próximas	349
B — Indenização	349
C — Benefícios previdenciários	349
D — Complementações previdenciárias	349
E — Recolhimentos parafiscais	349
F — Direitos intelectuais	349
4. Natureza da participação nos lucros	350
A — Teorias	350
B — Desvinculação do salário	351
C — Origens	351
D — Principais questões	351

5. Temas para pesquisa	354
------------------------------	-----

Capítulo II. FORMAS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

1. Salário por tempo	355
2. Salário por produção	355
3. Salário por tarefa	356
4. Temas para pesquisa	356

Capítulo III. MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

1. Pagamento em dinheiro	357
2. Pagamento em cheque ou depósito bancário	357
3. Pagamento em utilidades	357
A — Conceito e limites	357
B — Utilidade salarial e não salarial	358
C — Vale-refeição	359
D — Vale-transporte	359
E — Clube de lazer	360
F — Escola gratuita para os filhos do empregado	360
G — Seguros	360
H — Transporte gratuito para o trabalho	361
I — Complementação de aposentadoria paga por entidade privada	361
J — Automóvel fornecido ao empregado	361
K — Habitação	361
L — Cessão de moradia e infraestrutura a trabalhador rural	361
M — Valor da utilidade	362
4. Temas para pesquisa	362

Capítulo IV. REGRAS GERAIS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO

1. Periodicidade do pagamento	363
A — Dia do pagamento	363
B — Mora salarial	363
C — Pagamento em audiência	363
2. Prova de pagamento	363
3. Inalterabilidade	364
4. Irredutibilidade	364
5. Controle dos descontos	364
6. Impenhorabilidade	365
7. Temas para pesquisa	366

Capítulo V. VALOR DO SALÁRIO

1. Estipulação do valor	367
2. Salário mínimo	367
A — Conceito	367
B — Tipos	368
C — Princípios constitucionais	368
D — Salário mínimo e renda mínima	368
3. Salário profissional	369
A — Conceito	369
B — Diferença de salário mínimo	369
4. Piso salarial, salário normativo e salário da função	369
A — Piso salarial	369
B — Salário normativo	369
C — Salário da função	370
5. Transformações da legislação brasileira	370
A — Livre negociação	370
B — Leis de política salarial	370
6. Temas para pesquisa	372

Capítulo VI. FORMAS ESPECIAIS DE SALÁRIO

1. Abonos	373
2. Adicionais	373
A — Conceito	373
B — Tipos	373
C — Adicional de horas extras	374
D — Adicional noturno	374
E — Adicional de insalubridade	374
F — Adicional de periculosidade	374
G — Adicional de transferência	375
3. Comissões	375
4. Gratificações	375
A — Conceito	375
B — Características do direito brasileiro	376
C — Classificação	377
D — Efeitos	377
5. Décimo terceiro salário	378
6. Gorjetas	378

7. Prêmios	379
A — Conceito e fundamento	379
B — Diferença de outras figuras	379
C — Classificação	379
8. Temas para pesquisa	380

Capítulo VII. EQUIPARAÇÃO SALARIAL

1. Princípio da igualdade salarial	382
2. Requisitos da CLT para o direito à equiparação	383
3. Efeitos do quadro de carreira	384
4. Temas para pesquisas.....	385

Sétima Parte **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO**

Capítulo I. CONCEITO E NORMAS APLICÁVEIS

1. Conceito	389
A — Antecedentes	389
B — Objetivo	389
2. Normas aplicáveis	391
3. Depósitos, saques e principais problemas jurídicos	391
A — Depósitos	391
B — Saques	392
C — Principais problemas jurídicos	393
4. Temas para pesquisa	395

Oitava Parte **FIM DO CONTRATO DE TRABALHO**

Capítulo I. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Apreciações gerais	399
2. Formas	400
3. Temas para pesquisa	401

Capítulo II. DISPENSA DO EMPREGADO

1. Fundamentos e natureza jurídica	402
2. Tipos de dispensa	404
3. Verificações prévias à dispensa	404
4. Efeitos econômicos	405

5. Reformulações	406
6. Temas para pesquisa	406
<i>Capítulo III. ESTABILIDADE</i>	
1. Conceito	407
A — Conceito econômico	407
B — Conceito jurídico	407
C — Estabilidade e garantia de emprego	408
2. Evolução das leis	408
3. Classificação	410
A — Estabilidade geral	410
B — Estabilidade especial	410
C — Dirigente e representante sindical	410
D — Representante na CIPA	410
E — Acidentado	411
F — Representante em órgão colegiado	411
G — Gestante	411
H — Membros das Comissões de Conciliação Prévia	411
4. Questões sobre estabilidade especial	411
5. Temas para pesquisa	413

Capítulo IV. DISPENSA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA

1. Noções introdutórias	414
A — Continuidade da relação de emprego	414
B — Dispensa arbitrária e justa causa	415
C — Sistemas de justa causa	415
D — Estrutura da justa causa	416
E — Forma da dispensa	417
F — Sindicância	417
G — Local do ato	417
H — Prazo para despedir	417
I — Culpa recíproca	417
2. Figuras de justa causa	417
A — Improbidade	417
B — Incontinência de conduta	417
C — Mau procedimento	418
D — Negociação habitual	418
E — Condenação criminal sem <i>sursis</i>	418
F — Desídia	418

G — Embriaguez	418
H — Violação de segredo	419
I — Indisciplina	419
J — Insubordinação	419
K — Abandono de emprego	419
L — Ato lesivo à honra e boa fama	420
M — Ofensa física	420
N — Prática constante de jogos de azar	420
O — Outras justas causas	420
3. Temas para pesquisa	421

Capítulo V. OUTROS MODOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Extinção por decisão do empregado	422
A — Formas	422
B — Demissão	422
C — Dispensa indireta	423
D — Aposentadoria espontânea	425
2. Extinção por iniciativa de ambos: acordo	426
3. Extinção por desaparecimento dos sujeitos	426
A — Morte do empregado	426
B — Morte do empregador	427
C — Extinção da empresa	427
4. Extinção dos contratos a prazo	427
A — Término do prazo	427
B — Rescisão antecipada	428
5. Homologação	428
A — Conceito	428
B — Prazos	429
C — Efeitos do descumprimento dos prazos	429
6. Quitação	429
7. Temas para pesquisa	431

Capítulo VI. INDENIZAÇÃO DE DISPENSA DO EMPREGADO E OUTRAS

1. Sistema legal	433
A — Da indenização ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	433
B — Indenização segundo a duração do contrato	433
2. Contratos a prazo indeterminado	434
3. Contratos a prazo	434
4. Teorias que fundamentam a indenização	435

A — Teoria do abuso de direito	435
B — Teoria do crédito	435
C — Teoria do risco	436
5. Indenização adicional	436
6. Indenização por dano moral, dano material e dano estético	436
7. Temas para pesquisa	440

Capítulo VII. AVISO-PRÉVIO

1. Conceito e natureza jurídica	441
A — Origens	441
B — Tríplice dimensão	441
2. Cabimento	441
3. Forma	442
4. Efeitos da concessão e não concessão	442
A — Integração no tempo de serviço	442
B — Efeitos da integração	443
C — Consequências da não concessão	443
D — Natureza do pagamento	443
E — Reconsideração	444
F — Redução da jornada	444
G — Irrenunciabilidade	444
5. Duração	444
6. Aviso-prévio proporcional	444
7. Temas para pesquisa	446

Nona Parte COLETIVIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

1. Relações de trabalho	449
A — Relações individuais e coletivas de trabalho	449
B — Sujeitos das relações coletivas	449
C — Coalizão	450
2. Reflexos jurídicos das relações coletivas de trabalho	450
A — Poder normativo dos grupos sociais	450
B — Interesse público e interesse coletivo	451
C — Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	451
3. Temas para pesquisa	452

Capítulo II. LIBERDADE SINDICAL: A CONVENÇÃO N. 87 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1. Dimensões do tema	453
2. A Convenção n. 87 da OIT	453
A — Quatro garantias	453
B — Direito de fundação de sindicatos	453
C — Direito de administração de sindicatos	453
D — Direito de não intervenção do Estado	453
E — Direito de filiação	454
F — A legislação brasileira	454
3. Princípios sobre negociação coletiva	456
A — Poder de autorregulamentação	456
B — Funções da negociação coletiva	456
4. Princípios sobre greve	456
A — Greve como direito ou liberdade	456
B — Greve trabalhista e greve política	457
C — Teoria da liberdade	457
5. Fundamentos constitucionais do direito brasileiro	457
6. Observações	458
7. Temas para pesquisa	459

Capítulo III. DIREITO SINDICAL

1. Conceito	460
A — Direito sindical ou direito coletivo?	460
B — Acepções de direito sindical	460
2. História	462
A — Trade unionism (1720)	462
B — Direito de organização	462
C — Primeiros sindicatos no Brasil	462
3. Âmbito do direito sindical	463
4. O direito sindical nas Constituições	463
A — Tipos de Constituições	463
5. O direito sindical nas leis infraconstitucionais	464
6. Tendências	465
7. Temas para pesquisa	465

Capítulo IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. Introdução	466
2. Modelo sindical brasileiro	466
A — Transformações	466
B — Conceito de categoria	467
C — Conceito de categoria profissional diferenciada	467
D — Dissociação de categorias	468
E — Entidades de grau superior	468
F — Membros da categoria e sócios do sindicato	468
3. Liberdade de organização	468
4. Tendências	469
5. Temas para pesquisa	470

Capítulo V. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO

1. Conceito	471
A — Origem da palavra “sindicato”	471
B — Definição de sindicato	471
2. Natureza jurídica	471
A — Sindicatos de fato e de direito	471
B — Sindicato como pessoa jurídica de direito privado	472
C — Teorias contratual, institucional e mista	472
3. Temas para pesquisa	472

Capítulo VI. CRIAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISSOLUÇÃO DE SINDICATOS

1. Criação	473
A — Aquisição da personalidade jurídica	473
B — Registro	473
C — Ministério do Trabalho e Emprego	474
2. Administração	476
A — Assembleia, conselho e diretoria	476
B — Eleições sindicais	476
C — Relações entre sindicato e Estado	476
D — Fontes de recursos financeiros	477
3. Dissolução	479
4. Mudanças	480
5. Tendências	480
6. Temas para pesquisa	481

Capítulo VII. FUNÇÕES DO SINDICATO

1. Transformações	482
-------------------------	-----

2. Apreciações gerais	482
3. Temas para pesquisa	483
<i>Capítulo VIII. ENTIDADES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR</i>	
1. Federações	484
2. Confederações	484
3. Centrais sindicais	485
4. Principais problemas jurídicos sobre centrais sindicais no Brasil	487
5. A legalização das centrais em 2008	489
6. Tendências	491
7. Temas para pesquisa	491
<i>Capítulo IX. REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA</i>	
1. Origens	492
A — Representação sindical e não sindical	492
B — A OIT e a representação dos trabalhadores na empresa	492
C — Direito estrangeiro	493
D — Finalidades	494
E — Morfologia	494
F — Representação e participação	495
2. Direito brasileiro	495
A — Constituição de 1988	495
B — Representação geral e especial	496
C — O problema da estabilidade no emprego	496
D — Empresa e estabelecimento	496
E — Implicações	496
3. Tendências	497
4. Temas para pesquisa	497
<i>Capítulo X. CONFLITOS COLETIVOS DO TRABALHO</i>	
1. Conceito e classificação	498
A — Conceito	498
B — Conflitos individuais e coletivos	498
C — Conflitos econômicos e jurídicos	498
2. Formas de composição	499
3. Temas para pesquisa	501
<i>Capítulo XI. NEGOCIAÇÃO COLETIVA</i>	
1. Negociação e direito do trabalho	502

2. Contrato individual de trabalho e negociação coletiva	503
3. Função da negociação coletiva	504
4. Etapas do procedimento de negociação	505
5. Níveis de negociação	506
6. Normas da Organização Internacional do Trabalho	507
7. Modelos jurídicos	508
8. A negociação e as Constituições	508
9. Outros aspectos jurídicos	508
10. Tendências	515
11. Temas para pesquisa	515

Capítulo XII. INSTRUMENTOS NORMATIVOS NEGOCIADOS

1. Convenções e acordos coletivos	516
A — Convenções coletivas	516
B — Acordos coletivos	516
C — Problemas jurídicos	517
2. Efeitos das cláusulas dos instrumentos normativos	517
A — Efeito obrigacional	517
B — Efeito normativo	518
C — Incorporação das cláusulas no contrato individual	518
3. Contrato coletivo de trabalho	519
4. Tendências	519
5. Temas para pesquisa	520

Capítulo XIII. A GREVE NO DIREITO DO TRABALHO

1. Conceito	521
2. Greve e outros atos coletivos de conflito	521
A — Boicotagem	521
B — Sabotagem	521
C — Piquetes	521
D — Ocupação de estabelecimento	522
E — Braços cruzados	522
3. Natureza jurídica	522
A — Quanto ao direito positivo	522
B — Quanto aos efeitos sobre o contrato de trabalho	522
4. Fundamentos	522
5. Temas para pesquisa	523

Capítulo XIV. A GREVE NO DIREITO BRASILEIRO

1. Conceito legal de greve	524
A — Constituições de 1937 a 1988	524
B — Leis ordinárias	524
2. Procedimento de greve	525
A — Fase preparatória	525
B — Assembleia sindical	525
C — Aviso-prévio	525
3. Garantias dos grevistas	525
4. Manutenção dos equipamentos	526
5. Serviços essenciais	526
6. Abuso de direito	526
7. Locaute	527
8. Serviço público	527
9. Temas para pesquisa	528

Décima Parte MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Capítulo I. ESTRUTURA, FISCALIZAÇÃO E ATIVIDADES

1. Estrutura	531
2. Fiscalização	531
3. Atividades	533
4. Temas para pesquisa	534

Décima Primeira Parte DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Capítulo I. SOLUÇÃO ESTATAL DOS CONFLITOS: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Sistemas de solução dos conflitos	537
2. Vantagens e desvantagens do sistema jurisdicional	537
3. Substituição da autodefesa pelo processo	538
4. Solução não estatal dos conflitos: comissões de conciliação prévia	538
5. A mediação e a arbitragem	540
6. Temas para pesquisa	541

Capítulo II. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Características gerais	542
2. Órgãos	543

3. Jurisdição	544
4. Pessoal	544
5. Procuradoria	544
6. Modificações	545
7. Temas para pesquisa	546

Capítulo III. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Competência em razão da matéria	547
2. Competência territorial	547
3. Alterações	548
4. Temas para pesquisa	549

Capítulo IV. DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

1. Conceito	550
2. Procedimento	551
A — Postulação	551
B — Audiência	552
3. Rito sumário	553
4. Procedimento sumariíssimo	553
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave	554
6. Mudanças	554
7. Temas para pesquisa	555

Capítulo V. DISSÍDIOS COLETIVOS

1. Conceito	556
2. Competência	556
3. Procedimento	557
4. Sentenças normativas	557
5. O problema do poder normativo da Justiça do Trabalho	558
6. Temas para pesquisa	559

Capítulo VI. EXECUÇÃO

1. Conceito	560
2. Procedimento	560
A — Títulos exequíveis	560
B — Modalidades de execução	560
C — Rito	561
D — Penhora e avaliação	561
E — Praça	561
F — Liquidação da sentença	561

3. Temas para pesquisa	562
<i>Capítulo VII. RECURSOS</i>	
1. Conceito	563
2. Modalidades	563
A — Recurso ordinário	563
B — Recurso de revista	563
C — Recurso extraordinário	564
D — Agravo de petição	564
E — Agravo de instrumento	564
F — Embargos para a SDI (Seção de Dissídios Individuais) e SDC (Seção de Dissídios Coletivos)	565
G — Embargos declaratórios	565
H — Agravo regimental	565
3. Outros meios de impugnação.....	566
A — Revisão do valor da causa.....	566
B — Correição parcial.....	566
4. Temas para pesquisa	567

**Décima Segunda Parte
RESPONSABILIDADE PENAL**

Capítulo I. FONTES FORMAIS, CÓDIGO PENAL E OUTRAS FONTES

1. Fontes formais.....	571
2. Código Penal.....	571
3. Outras fontes	573
4. Temas para pesquisa	573

**Décima Terceira Parte
SEGURIDADE SOCIAL**

Capítulo I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. História universal	577
2. História local	578
3. Temas para pesquisa	580

Capítulo II. DO SEGURO PRIVADO PARA O SEGURO SOCIAL. A ASSISTÊNCIA, A PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL

1. O seguro	581
2. Assistência e previdência	581

3. A concepção abrangente	582
4. Temas para pesquisa	583
<i>Capítulo III. SEGURIDADE COMO PRINCÍPIO SOCIAL</i>	
1. Seguridade ou segurança?	584
2. Direito estrangeiro	584
3. Direito internacional	584
4. O princípio da segurança social	585
5. Temas para pesquisa	585
<i>Capítulo IV. CARACTERÍSTICAS GERAIS</i>	
1. Sistemas de financiamento dos benefícios	586
2. Plano de custeio	586
3. Sistemas de custeio	587
4. Contingências	587
5. Tipos de benefícios	587
6. Seguridade complementar	587
7. A Constituição brasileira de 1988	588
8. A reforma de 1998	588
9. Temas para pesquisa	589
<i>Capítulo V. CUSTEIO DO SISTEMA</i>	
1. Fontes	590
2. Receita	590
3. Temas para pesquisa	591
<i>Capítulo VI. BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</i>	
1. Segurados	592
2. Dependentes	593
3. Temas para pesquisa	593
<i>Capítulo VII. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</i>	
1. Conceito	594
2. Classificação	594
3. Temas para pesquisa	595
<i>Capítulo VIII. ACIDENTES DO TRABALHO: CARACTERIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES</i>	
1. Conceito	596

2. Auxílio-acidente	598
3. Integração dos acidentes na previdência social	599
4. Indenização acidentária e indenização civil	599
5. Temas para pesquisa	600
BIBLIOGRAFIA.....	601

ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac.	—	Acórdão
ADIn	—	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AI	—	Agravo de Instrumento
AP	—	Agravo de Petição
CAGED	—	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	—	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	—	Código Civil
CCOO	—	Comissões Obreiras
CCQ	—	Círculo de Controle de Qualidade
CF	—	Constituição Federal
CFDT	—	<i>Confédération Française Démocratique des Travailleurs Chrétiens</i>
CGC	—	Cadastro Geral de Contribuintes
CGIL	—	<i>Confederazione Generale Italiana del Lavoratori</i>
CGT	—	<i>Confédération Générale du Travail</i> ; Confederação Geral dos Trabalhadores; Comando Geral dos Trabalhadores; Central Geral dos Trabalhadores
CIPA	—	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIST	—	<i>Conferazione Italiana di Sindacati dei Lavoratori</i>
CLPS	—	Consolidação das Leis de Previdência Social
CLT	—	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	—	Conferencia Nacional de Trabajadores
COB	—	Central Obreira Boliviana
CODEFAT	—	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCLAT	—	Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	—	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CP	—	Código Penal
CROC	—	Confederação Revolucionária de Obreiros e Camponeses
CROM	—	Confederação Regional dos Obreiros Mexicanos
CRPS	—	Conselho de Recursos da Previdência Social
CTM	—	Confederação dos Trabalhadores no México
CUT	—	Central Única de Trabalhadores
DATAPREV	—	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DC	—	Dissídio Coletivo
Dec.	—	Decreto
Dec.-lei	—	Decreto-lei
DGB	—	<i>Deutscher Gewerkschafts-Bund</i>
DIEESE	—	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DJU	—	Diário da Justiça da União
DRT	—	Delegacia Regional do Trabalho
EC	—	Emenda Constitucional
ELAS-SVT	—	Solidariedade dos Trabalhadores Bascos
En.	—	Enunciado
ENAMAT	—	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
FAT	—	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	—	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FLPS	—	Fundo de Liquidez da Previdência Social
FUNABEM	—	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
GM	—	Gabinete do Ministro
IAPAS	—	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPB	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IAPETEC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
INPS	—	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	—	Instituto Nacional do Seguro Social
INTG	—	Intersindical Galega
JRPS	—	Junta de Recursos da Previdência Social
JT	—	Justiça do Trabalho
LBA	—	Legião Brasileira de Assistência
LOSS	—	Lei Orgânica da Seguridade Social
MP	—	Medida Provisória
MTE	—	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	—	Ordem dos Advogados do Brasil
OGMO	—	Órgão Gestor de Mão de Obra
OIT	—	Organização Internacional do Trabalho
OJ	—	Orientação Jurisprudencial
PASEP	—	Programa de Assistência ao Servidor Público
PAT	—	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBPS	—	Planos de Benefícios da Previdência Social
PIS	—	Programa de Integração Social
PIT	—	Plenário Internacional de Trabajadores
POS	—	Portaria Ordem de Serviço
PUA	—	Pacto de Unidade de Ação
RAIS	—	Relação Anual de Informações Sociais
RBPS	—	Regulamento de Benefícios da Previdência Social
RO	—	Recurso Ordinário
RODC	—	Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo
RR	—	Recurso de Revista
SBDI	—	Subseção Especializada em Dissídios Individuais
SDC	—	Seção de Dissídios Coletivos
SDI	—	Seção de Dissídios Individuais
SENAC	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINPAS	—	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SOC	—	Solidariedade dos Operários Catalões
STF	—	Supremo Tribunal Federal
STJ	—	Superior Tribunal de Justiça
STST	—	Súmula do Tribunal Superior do Trabalho
TFR	—	Tribunal Federal de Recursos
TP	—	Tribunal Pleno
TRT	—	Tribunal Regional do Trabalho
TST	—	Tribunal Superior do Trabalho
TUC	—	<i>Trade Unions Congress</i>
UGT	—	União Geral dos Trabalhadores
UIL	—	<i>Unione Italiana dei Lavoratori</i>

Primeira Parte

**SUPORTES HISTÓRICOS E
DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO**

HISTÓRIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

1. SOCIEDADE PRÉ-INDUSTRIAL

A — ESCRAVIDÃO. Na sociedade pré-industrial, não há um sistema de normas jurídicas de direito do trabalho.

Predominou a escravidão, que fez do trabalhador simplesmente uma *coisa*, sem possibilidade sequer de se equiparar a sujeito de direito. O escravo não tinha, pela sua condição, direitos trabalhistas.

Não diferiu muito a servidão, uma vez que, embora recebendo certa proteção militar e política prestada pelo senhor feudal dono das terras, os trabalhadores também não tinham uma condição livre. Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural como preço pela fixação na terra e pela defesa que recebiam.

B — CORPORAÇÕES DE OFÍCIO. Com as corporações de ofício da Idade Média, as características das relações de trabalho ainda não permitiram a existência de uma ordem jurídica nos moldes com que mais tarde surgiria o direito do trabalho. Houve, no entanto, uma transformação: a maior liberdade do trabalhador. Nas corporações de artesãos, agrupavam-se todos os artesãos do mesmo ramo em uma localidade. Cada corporação tinha um estatuto com algumas normas disciplinando as relações de trabalho. Havia três categorias de membros das corporações: os mestres, os companheiros e os aprendizes.

Os mestres eram os proprietários de oficinas, que chegavam a essa condição depois de aprovados, segundo os regulamentos da corporação, na confecção de uma “obra mestra”. Equivalem aos empregadores de hoje. Os companheiros eram trabalhadores livres que ganhavam salários dos mestres. Os aprendizes eram menores que recebiam dos mestres os ensinamentos metódicos de um ofício ou profissão. A clientela das oficinas eram os poucos habitantes de uma cidade e de seus arredores. As corporações mantinham com os trabalhadores uma relação de tipo bastante autoritário e que se destinava mais à realização dos seus interesses do que à proteção dos trabalhadores.

C — LOCAÇÃO. Acrescente-se, ainda, na sociedade pré-industrial, outro tipo de relação de trabalho, a locação, desdobrando-se em dois tipos: a locação de serviços — *locatio operarum*, contrato pelo qual uma pessoa se obriga a prestar serviços durante certo tempo a outra mediante remuneração — e a locação de obra ou empreitada — *locatio operis faciendi*, que é o contrato pelo qual alguém se obriga a executar uma obra a outra pessoa

mediante remuneração. A locação de serviços é apontada como precedente da relação de emprego moderna, objeto do direito do trabalho.

2. SOCIEDADE INDUSTRIAL E TRABALHO ASSALARIADO

A — ASPECTOS ECONÔMICOS. O direito do trabalho nasce com a sociedade industrial e o trabalho assalariado.

As razões que determinaram o seu aparecimento são econômicas, políticas e jurídicas.

A principal causa econômica foi a Revolução Industrial do século XVIII, conjunto de transformações decorrentes da descoberta do vapor como fonte de energia e da sua aplicação nas fábricas e meios de transportes. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção.

Cresce na atualidade (2012) a interconexão entre direito do trabalho e economia: nas novas propostas políticas de atenuação do capitalismo selvagem, do crescimento econômico não pelas de leis trabalhistas, fator do qual depende em grande parte a ampliação, nem sempre satisfatória, dos direitos dos trabalhadores, a ideia de proteção do mais fraco, básica em nossa disciplina, outras proporções do princípio da razoabilidade como os fatores de ordem ideológica não mais como apanágio senão apenas de uma minoria cada vez mais reduzida, a necessidade social de garantias legais e dos contratos coletivos de trabalho como inafastáveis dos ordenamentos jurídicos e assim por diante.

Medidas positivas de ordem econômica podem dar uma grande contribuição para a melhoria da condição do trabalhador, como ocorreu no Brasil com a indexação automática dos salários — em princípio, prestigiada pela maioria dos sindicatos e que elevou a inflação corroendo o poder aquisitivo dos salários — e o Plano Real — que estabilizou a economia e elevou o poder aquisitivo dos salários mais do que qualquer lei trabalhista.

B — ASPECTOS POLÍTICOS. Dentre os aspectos políticos, o mais importante foi a transformação do Estado Liberal e da plena liberdade contratual em Estado Neoliberalista. Naquele, o capitalista livremente podia impor, sem interferência do Estado, as suas condições ao trabalhador. Neste, o Estado intervém na ordem econômica e social limitando a liberdade plena das partes da relação de trabalho. Formas de intervenção foram o corporativismo e o socialismo, caracterizando-se por uma presença fortemente autoritária do Estado, que transfere a ordem trabalhista para a esfera das relações de natureza pública, diversamente do neoliberalismo, que, embora restritivo da liberdade contratual, mantém as relações de trabalho no âmbito das relações de direito privado.

Surgem movimentos de protestos em outros temas de interesse social: o movimento norte-americano de *Wall Street*, o norte da África na luta para livrar-se das ditaduras políticas, a corrupção de parcelas da sociedade, a inércia legislativa de alguns governos, a inversão de valores na ordem moral como a fragilidade do direito à vida, o utilitarismo e não o humanismo nas relações de trabalho etc.

C — ASPECTOS JURÍDICOS. Os trabalhadores reivindicaram, por meio dos sindicatos que os representaram e na medida em que o direito de associação passou a ser tolerado

pelo Estado, um direito que os protegesse, em especial, o reconhecimento do direito de união, do qual resultou o sindicalismo; o direito de contratação, que se desenvolveu em dois âmbitos: o coletivo, com as convenções coletivas de trabalho, e o individual, com a ideia do contrato de trabalho regido pelo princípio da função social do contrato; e o direito a uma legislação em condições de coibir os abusos do empregador e preservar o princípio da dignidade do homem no trabalho, ao contrário do que ocorria com o proletariado exposto a jornadas diárias excessivas, salários infames, exploração dos menores e mulheres e desproteção total diante de riscos sociais como a doença, o desemprego etc.

D — A IDEIA DE JUSTIÇA SOCIAL. Para essas modificações, contribuiu decisivamente a ideia de justiça social, cada vez mais difundida como reação contra a questão social. Dentre as fontes do pensamento que mais amplamente defenderam a ideia de justiça social está a doutrina social da Igreja Católica, pelos seus documentos denominados *Encíclicas*, como a *Rerum Novarum* (1891), que iniciou uma linha desenvolvida até os nossos dias com a *Laborem Exercens* (1981) e os pronunciamentos internacionais como os da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

Acrescente-se o papel desempenhado pelo marxismo, hoje transformado em defesa do socialismo, que pregou a união dos trabalhadores para a construção de uma ditadura do proletariado, supressiva do capital, com a passagem prévia pela apropriação, pelo Estado, dos bens de produção, visando a uma futura sociedade comunista, não confirmada pela história, mas atualmente capaz de reunir num mesmo país a política comunista embora bastante modificada com a economia de mercado (China).

3. PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS

A — FORMA E FINS. As primeiras leis trabalhistas, *quanto à forma*, foram *ordinárias* e, depois, *constitucionais*. *Quanto à finalidade*, visaram *proibir o trabalho* em determinadas condições, como o dos menores até certa idade, e o das mulheres em ambientes ou sob condições incompatíveis.

B — CONSTITUCIONALISMO SOCIAL. Dá-se o nome de *constitucionalismo social* ao movimento no sentido da inclusão de leis trabalhistas nas Constituições de alguns países.

C — CONSTITUIÇÃO DO MÉXICO (1917). A primeira Constituição do mundo que dispõe sobre direito do trabalho é a do México, de 1917, que no art. 123 disciplina a jornada diária de 8 horas, a jornada máxima noturna de 7 horas, a proibição do trabalho de menores de 12 anos, a limitação da jornada do menor de 16 anos a 6 horas, o descanso semanal, a proteção à maternidade, o direito ao salário mínimo, à igualdade salarial, à proteção contra acidentes no trabalho, direito de sindicalização, de greve, de conciliação e arbitragem dos conflitos, de indenização de dispensa e de seguros sociais.

D — CONSTITUIÇÃO DA ALEMANHA (1919). A segunda Constituição foi a da Alemanha, a de Weimar (1919), que repercutiu na Europa, considerada a base das democracias sociais. Disciplina a participação dos trabalhadores nas empresas, a criação de um direito unitário do trabalho, a liberdade de coalizão dos trabalhadores para a defesa e melhoria das suas condições de trabalho, o direito a um sistema de seguros sociais, o direito de colaboração dos trabalhadores com os empregadores na fixação dos salários e demais condições de trabalho e a representação dos trabalhadores na empresa.